



XVII Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (XVII ENANCIB)

GT 05 – Economia e política de Informação

AS POLÍTICAS PÚBLICAS NA ÁREA DE BIBLIOTECAS PÚBLICAS BRASILEIRAS

PUBLIC POLICIES FOR BRAZILIAN PUBLIC LIBRARIES

Ana Ligia Silva Medeiros¹ e Gilda Olinto²

Modalidade da apresentação: Comunicação Oral

Resumo: Este trabalho analisa as políticas públicas para a área de bibliotecas públicas no Brasil. Essas políticas públicas congregam instrumentos como planos, programas e projetos que contêm propostas sobre a constituição e o funcionamento das bibliotecas públicas. O trabalho também traz um relato de diversas iniciativas relacionadas a bibliotecas no país, em especial o Plano Nacional do Livro e da Leitura. Analisa, também, a influência de organismos internacionais na formulação destas políticas. Faz ainda um paralelo entre a experiência brasileira e experiência da Colômbia no campo das políticas de bibliotecas. Este estudo faz parte da tese: “Desconhecida pela comunidade e desprezada pelas autoridades: a biblioteca pública no Brasil na opinião de atores políticos e pesquisadores”.

Palavras-chave: Bibliotecas Públicas. Políticas públicas de biblioteca. Plano Nacional do Livro e da Leitura – PNLL. Bibliotecas Colombianas.

Abstract: *This research paper analyses public libraries policies in Brazil. These policies involve plans, program and projects aimed at the constitution and functioning of public libraries. This paper also analyses specific Brazilian initiatives, in special the National Plan of Books and Reading - PNLL. The influence of international institution in the design of these policies is also taken into account, and a parallel between the Brazilian and the Colombia*

¹ Doutora e Mestre em Ciência da Informação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro em convênio com o IBICT

² Possui graduação em Sociologia e Política pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, mestrado em Ciência Política - University of Michigan e doutorado em Comunicação e Cultura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Atualmente é pesquisadora titular do Instituto Brasileiro de Informações em Ciência e Tecnologia e professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

experience is also made. These issues were considered in the thesis entitled: “Unknown by the communities and despised by the authorities: the public libraries in Brazil in the opinion politicians and researchers”.

Keywords: *Public Libraries. Public policies for libraries. National Plan for Books and Reading - PNLL. Bibliotecas colombianas.*

1 INTRODUÇÃO

As bibliotecas públicas, no Brasil, ainda não ocupam seu papel como uma instituição fundamental na organização social, e ainda não são brindadas com políticas públicas consistentes. Esta lacuna fica mais evidente atualmente, pois as bibliotecas públicas além de desempenharem as suas funções tradicionais – acesso gratuito à leitura, ao conhecimento e fornecimento de informações para o cidadão – tendem a desenvolver ações de incentivo à criatividade, à promoção de oportunidades para o indivíduo e voltadas para o desenvolvimento da coletividade. Estas novas funções têm contribuindo para a redução das desigualdades sociais e digitais.

Ao observar as políticas de bibliotecas públicas do país nota-se que ainda há graves carências nesta área no Brasil. Não se trata de traçar paralelos com países de forte tradição em bibliotecas públicas como os anglo-saxões, mas basta olhar para os vizinhos da América Latina para perceber que essas bibliotecas públicas estão mais bem aquinhoadas de políticas específicas.

O desenvolvimento das bibliotecas públicas no Brasil e na América Latina em geral deve muito aos organismos internacionais, como a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) e a Centro Regional para Fomento do Livro na América Latina e Caribe (CERLALC). Estes organismos organizaram reuniões, seminários, elaboraram publicações, forneceram dados estatísticos e promoveram, principalmente, o compartilhamento das dificuldades e soluções nas áreas de livro, leitura, escrita e bibliotecas públicas. Uma das ações mais determinantes é o incentivo à aplicação de políticas públicas, através de planos nacionais. Porém, cada país tem uma visão e uma prática independentes, gerando diferenças de opções na maneira de abordar a questão.

O presente trabalho baseou-se em pesquisa bibliográfica e documental sobre as áreas de políticas de bibliotecas públicas, delimitando como período da análise os primeiros 16 anos do século XXI. Baseou-se este trabalho também em entrevistas realizadas com algumas personalidades da atualidade que exerceram cargos de destaque na área cultural, participaram da elaboração de políticas públicas nesta área, além de pesquisadores voltados para biblioteca pública.

O trabalho foi dividido nos seguintes tópicos: políticas públicas de cultura, leitura e biblioteca; influência dos organismos internacionais nas políticas públicas culturais; planos e projetos brasileiros no século XXI; a importância das bibliotecas nos planos brasileiros e colombiano.

Cabe esclarecer que este estudo é um recorte da pesquisa realizada para a elaboração da

tese “Desconhecida pela comunidade e desprezada pelas autoridades: a biblioteca pública no Brasil na opinião de atores políticos e pesquisadores”, defendida no Curso de Doutorado em Ciência da Informação, convênio da UFRJ com o IBICT, em 2015, com as devidas atualizações das informações. A tese envolveu, além das entrevistas acima mencionadas, a abordagem de outros temas como a análise das tendências atuais da biblioteca pública em nível internacional, a análise da influência de um grupo de intelectuais que, das décadas de 20 a 90 do século XX, que exerceram influência na concepção e na prática da biblioteca pública brasileira.

2 AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE CULTURA, LEITURA E BIBLIOTECA

Não há uma definição definitiva para políticas públicas, porém, uma das mais utilizadas consideram-nas como “resultantes da atividade política” e que “compreendem o conjunto das decisões e ações relativas à alocação imperativa de valores envolvendo bens públicos”. (RUA, 2009, p. 19.) As políticas públicas são formadas por instrumentos de planejamento, execução, monitoramento e avaliação, baseadas em planos, programas, ações e atividades e envolvem tanto o Estado, o mercado quanto a sociedade.

As bibliotecas públicas estão incluídas nas políticas para a área de cultura, e não em educação, como muitos pensam. Como exemplo, no Governo Federal a coordenação desta política encontra-se no Ministério da Cultura. Machado (2010) esclarece que é através de políticas públicas de cultura que estas instituições se fortalecem:

São as políticas públicas que por meio de sua administração pública e do conjunto de leis e regulamentações, buscam caminhos para o fortalecimento dessas bibliotecas e o estabelecimento de ações de longo alcance, com caráter permanente (MACHADO, 2010, p.97).

Segundo a UNESCO (1994) as bibliotecas públicas são instituições fundamentais nas sociedades democráticas, sendo, responsáveis por dar acesso ao conhecimento e à aprendizagem bem como ao desenvolvimento cultural de indivíduos e comunidade:

A biblioteca pública - porta de acesso local ao conhecimento - fornece as condições básicas para uma aprendizagem contínua, para uma tomada de decisão independente e para o desenvolvimento cultural dos indivíduos e dos grupos sociais (UNESCO, 1994).

A área da cultura, concebida como política e institucionalizada nas agendas governamentais, não tem seu marco fundador reconhecido de forma unânime pelos pesquisadores especializados, segundo Rubim e Rocha (2012). Porém, é inegável que para a consolidação das políticas culturais dependeu muito da ação da UNESCO, representando o marco fundamental no processo de institucionalização da Cultura e de seu reconhecimento

internacional como área de atuação. A UNESCO capacitou recursos humanos, promoveu debates, elaborou documentos e colocou a cultura nas agendas governamentais de diversos países.

A assimilação crescente da temática e o papel desempenhado pela UNESCO colocam esta organização multilateral no cerne do novo momento de visibilidade das políticas culturais na cena internacional. Suas manifestações públicas, expressas em encontros e documentos, configuram este novo cenário, no qual reaparecem e atuam as novas políticas culturais (RUBIM, 2012, p.24).

É interessante notar a estreita ligação da UNESCO com o Brasil, um dos países fundadores da Organização das Nações Unidas (ONU), em 1945. Esta ligação faz com que o país seja visto como um importante aliado na defesa de suas metas. O documento “Marco Estratégico para a UNESCO no Brasil” (2016) considera o escritório de Brasília um dos mais importantes para a UNESCO. Em avaliação da área cultural do Brasil, considerou positivamente o desempenho das políticas culturais implantadas no país, exemplificando como ações afirmativas a “Lei do Livro” e o “Plano Nacional de Cultura” (UNESCO, 2016).

No Brasil, a primeira manifestação de uma política para a área de cultura foi formulada por Mário de Andrade, no Departamento Municipal de Cultura de São Paulo, em 1935. Andrade (1957) via a biblioteca como uma instituição importante para a formação do cidadão e, como prática, incentivou a criação do que chamava “bibliotecas populares”, além de voltar-se para o público infantil e juvenil. Porém, o âmbito de sua atuação política era municipal.

A criação do Instituto Nacional do Livro (INL), em 1937, representa o marco na política nacional voltada para a cultura, alçando a questão da biblioteca pública a tema preponderante, ao lado da elaboração da “Enciclopédia Brasileira” e “Dicionário da Língua Nacional”, da edição de obras raras ou preciosas, e da promoção de medidas voltadas ao barateamento das edições de livros.

Durante os 52 anos de sua existência o INL desempenhou papel fundamental na área de bibliotecas, porém, a política nessa área, muitas vezes, confundiu-se com a de livros. Uma das principais metas do INL, a criação de uma biblioteca em cada município, é perseguida até hoje.

Um reflexo negativo da política desta área pode ser observado na tendência à escolarização das bibliotecas públicas, ocorrida a partir da década de 70, o que significou considerar as bibliotecas públicas apenas como um apoio à pesquisa escolar. Esse aspecto confundiu o papel institucional para os profissionais, o público e as autoridades e tem sido denunciado por vários analistas (MEDEIROS, 2015; MILANESI, 1983; SUAIDEN, 2000). O reflexo deste não entendimento do papel das bibliotecas públicas, se expressa nas inserções destas de forma tímida nos planos de governo, sejam estes federais, estaduais ou municipais.

Com a criação Sistema de Nacional de Bibliotecas Públicas (SNBP), em 1992,

subordinado à Fundação Biblioteca Nacional (FBN), a ampliação da função social da biblioteca pública, envolvendo várias ações para vários segmentos de seu público, começou a ser retrabalhada junto às bibliotecas estaduais e municipais.

3 A INFLUÊNCIA DOS ORGANISMOS INTERNACIONAIS NAS POLÍTICAS PÚBLICAS CULTURAIS

A UNESCO lançou Manifestos para bibliotecas públicas e áreas similares que serviram de base ao desenvolvimento de políticas nacionais adotadas em boa parte dos países ocidentais. Foram lançados três Manifestos, nos anos de 1949, 1972 e 1994, este último em colaboração com a Federação Internacional de Associações de Bibliotecários e Bibliotecas (IFLA). Esta parceria produziu ainda outros documentos complementares para a área, como os Manifestos sobre Bibliotecas Escolares, a Internet e a Biblioteca Multicultural (MEDEIROS, 2015; IFLA/UNESCO, 1994).

A IFLA, criada em 1927, também ocupa papel de destaque na formulação de políticas, por meio da promoção de encontros e produção de diversos documentos que vêm auxiliando o desenvolvimento das bibliotecas públicas em muitos países. “As Diretrizes da IFLA para as bibliotecas públicas” (2012) é um documento considerado fundamental para a área. Ali estão arroladas informações que possibilitam o desenvolvimento para a formulação de “uma política clara, definindo objetivos, prioridades e serviços, em função das necessidades da comunidade local” (IFLA, 2012, p.92).

O Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas do Brasil recomenda o Manifesto da IFLA/UNESCO, de 1994, como um documento base para guiar a política das bibliotecas públicas estaduais e municipais. Para divulgação promoveu a sua tradução lançada no V Encontro do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas (Salvador, 1995). Este Manifesto, segundo o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas (Biblioteca Nacional, 2010), pondera que deve haver adaptações às realidades locais, além de promover novas funções para a biblioteca pública:

Deve servir como fonte de reflexão sobre seu papel e suas funções no mundo globalizado, mas cabe aos dirigentes de bibliotecas priorizarem o desenvolvimento de suas funções de acordo com a realidade local e, até mesmo, identificar novas funções dentro de suas comunidades (FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL, 2000, p.20).

Outros órgãos internacionais também influenciaram o estabelecimento das políticas na área de bibliotecas na América Latina, como a Organização dos Estados Ibero-americanos (OEI) e o CERLALC. Segundo Moraes Junior (2013), as primeiras políticas datam da década

de 50, sendo que neste período foram promovidas reuniões, encontros, além de divulgação de documentos e patrocínios de projetos na área. Dentre as reuniões internacionais³, algumas são consideradas primordiais no desenho da política para a área de bibliotecas, conforme relacionadas a seguir:

- Reunião Regional sobre o Estado Atual e Estratégias para o Desenvolvimento das Bibliotecas Públicas na América Latina (1982) pela CERLALC/UNESCO.

- “Declaração de Caracas sobre a Biblioteca Pública” (1985), que foi um importante fator de desenvolvimento e instrumento de mudança para a América Latina e o Caribe na área.

- Primeira Cúpula de Chefes de Estado e de Governo da Ibero-América (1991) em Guadalajara, organizada em 1991 no México e deu origem à Conferência Ibero-americana, formada pelos Estados da América e da Europa de língua espanhola e portuguesa. Estas conferências representaram um forte motor no desenvolvimento das políticas públicas para a área de cultura.

- Reunião Latino Americana de Políticas Nacionais de Leitura (CERLALC), no Rio de Janeiro (1992): propôs uma ação conjunta entre governo e sociedade civil, por meio de programas e recursos voltados para o benefício de toda a população, envolvendo a participação da sociedade civil em suas deliberações:

Política nacional de lectura debe ser concebida como una acción del Estado, movilizadora y articuladora de las experiencias y esfuerzos de la sociedad civil e del gobierno. Debe establecer prioridades, asociar recursos e invertir en programas coordinados que multipliquen sus afectos, descentralicen las iniciativas y faciliten extender los beneficios a toda la población (PATIÑO, 2005, p. 65 apud MORAES JUNIOR, 2013, p. 7).

- V Conferência Ibero-Americana de Cultura (2001), em Lima, no Peru: resultou no compromisso de formulação de plano de metas, envolvendo sociedade civil, mercado e Estado.

- VI Conferência Ibero-Americana de Cultura (2002), em São Domingos, na República Dominicana. A OEI e o CERLALC apresentaram documento elencando ações para a formulação do plano.

- VII Conferência Ibero-Americana de Cultura (2003), em Santa Cruz de La Sierra, na Bolívia e a XIII Cúpula Ibero-Americana: a leitura ganha destaque como “um instrumento real para a inclusão social e um fator básico para o desenvolvimento social, cultural e econômico” (CERLALC/OEI, 2004, p. 12 apud MORAES JUNIOR, 2010, p.7). Neste evento, os representantes dos governos se comprometeram com a criação de planos de leitura e estabeleceram 2005 como o Ano Ibero-Americano da Leitura.

- XVIII Conferência Ibero-Americana de Ministros da Cultura (2016), em Cartagena das

³ Para leitura das Conferências Ibero-Americanas de Cultura consultar o endereço:
<http://www.oei.es/cic.htm>

Índias, na Colômbia, no âmbito da XXV Cúpula Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo. Teve este evento como um dos destaques “os projetos culturais que a Colômbia desenvolve no cenário da paz e reconciliação que contribuem para fortalecer o tecido social e o maior reconhecimento da diversidade cultural”.

Como resultado dos encontros e reuniões sistemáticos promovidos pelos organismos internacionais houve um grande avanço na área de bibliotecas, leitura, livros e escrita na América Latina, notado principalmente pelo incentivo ao desenvolvimento de políticas públicas, respaldadas na elaboração de diagnósticos, planos, programas e outros instrumentos, e visando sempre a conjunção de estado, sociedade e mercado.

4 OS PLANOS E PROJETOS BRASILEIROS NO SÉCULO XXI

O início do século XXI mostra que, apesar dos planos e programas gestados nas décadas anteriores, havia ações pontuais voltadas para o desenvolvimento das bibliotecas públicas. As ações do Ministério da Cultura se baseavam na atuação do SNBP e no “Programa Uma Biblioteca em cada Município”, no Governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), que incentivava a criação de bibliotecas públicas, através de convênios com os municípios brasileiros.

Em 2003, foi instituída a Política Nacional do Livro e da Leitura, pela Lei nº 10.753, conhecida como a Lei do Livro, com o objetivo de "assegurar ao cidadão o pleno exercício do direito de acesso e uso do livro". No Artigo 7, desta lei, fica estabelecido que cabe ao “Poder Executivo implementar programas anuais para manutenção e atualização do acervo de bibliotecas públicas, universitárias e escolares, incluídas obras em Sistema Braille” (BRASIL. Lei nº 10.753).

No ano seguinte, o Ministério da Cultura firma convênio com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), visando obter dados estatísticos para delinear um plano de ação para a área de cultura. Como resultado publica, em 2006, o Suplemento de Culturas, da Pesquisa de Informações Básicas Municipais/ MUNIC. Em 2009, publica, “Cultura em Números”, em parceria do IBGE com o Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA), informações sobre a situação cultural dos municípios brasileiros. Os dados mais recentes para a área são encontrados no “Perfil dos Estados e dos Municípios Brasileiros 2014 – Cultura” (IBGE, 2014)

A Fundação Biblioteca Nacional, pelo Decreto nº 5.038, de 7 de abril de 2004, passa a ser a responsável pela coordenação das áreas de livro, leitura e biblioteca, incorporando o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas/SNBP e o “Programa Nacional de Incentivo à

Leitura” (PROLER). Em 2005 foi lançado o “Programa Livro Aberto”, incentivando a criação de bibliotecas públicas nos municípios. No ano seguinte lançou-se o “Programa Fome de Livro” que visava à ampliação do número das bibliotecas públicas no país.

Neste mesmo ano o Brasil adere ao “Plano Ibero-Americano de Leitura”, instituído pela Cúpula dos Chefes de Estado dos Países Ibero-Americanos e sob a coordenação da Organização dos Estados Ibero-Americanos - OEI, do CERLALC, UNESCO e por governos de 21 países da Europa e das Américas. O ano de 2005 é consagrado como o Ano do Livro e da Leitura, com o lançamento da marca VIVA LEITURA e do “Plano Nacional do Livro e da Leitura” (PLANO NACIONAL DO LIVRO E DA LEITURA, 2006).

Cria-se ainda, neste mesmo ano, o Sistema Federal de Cultura (SFC) e se redefine as atribuições e a composição do Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC), pelo decreto 5.520, de 2005. O Ministério da Cultura lança o “Programa Mais Cultura”, em 2007, por meio do Decreto n. 6.226 estabelecendo três linhas de ação, nas quais as bibliotecas estavam presentes em duas: “Cultura e Cidadania” (contemplando as bibliotecas públicas) e “Cidade Cultural” (voltada para as bibliotecas comunitárias). Foram então propostos os seguintes planos e programas: “Instalação e Modernização de Bibliotecas Públicas”, por meio da distribuição de acervos, equipamentos e mobiliários (2004 a 2012), “Instalação e Modernização de Bibliotecas Públicas”, por meio de repasse de recurso (2008 a 2014), “Projeto Mais Bibliotecas Públicas” (2013 a 2014), “Projeto Bibliotecas em Rede” (2014) e “Projeto Acessibilidade em Bibliotecas Públicas” (2014 a 2015) (MACHADO; CALIL; ACHILLES, 2014, p.2294).

Institui-se o “Plano Nacional de Cultura” (PNC), por meio da Lei n. 12.343, de 2 de dezembro de 2010, criando também o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais (SNIIC). O PNC representou significativo avanço nas políticas públicas, traçando metas que deverão ser cumpridas até 2020, sendo considerado “um documento orientador para o gestor público, no planejamento de suas políticas, e expressa o cenário para a cultura” (BRASIL, 2012). A biblioteca está presente em diversas metas, porém, frequentemente inseridas em políticas públicas para a cultura de um modo geral. Não há clareza quanto a suas funções precípuas junto à comunidade.

Em 2012, o decreto n. 7.743, de 31 de maio, aprova a nova estrutura regimental da Fundação Biblioteca Nacional, subordinando o SNBP à Diretoria do Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas (DLLLLB). O Decreto n. 8.297, de 15 de agosto de 2014 aprova o estatuto da FBN, subordinando o DLLLLB à Secretaria Executiva do MinC. O DLLLLB foi transferido para Brasília, assim como o SNBP e o PROLER, a ele subordinado, através do Decreto n. 8.470, de 22 de junho de 2015 que altera o anexo II, de 2012.

Cabe, ainda, ressaltar a criação da Frente Parlamentar em Defesa da Biblioteca Pública,

movimento político gestado na Câmara dos Deputados e presidido por José Stédile (PSB/RS). Esta Frente, criada em outubro de 2011, conseguiu a adesão de mais de 200 deputados, tendo como objetivo “discutir o papel estratégico da biblioteca pública na formação intelectual do cidadão” (FRENTE, 2014). Para tal, empenha-se em criar legislação para implantar ou modernizar bibliotecas públicas, qualificar e capacitar bibliotecários, buscar ações de provisão orçamentária e defender o direito do cidadão ao acesso à leitura (FRENTE, 2014).

Tramita atualmente no Congresso o projeto de Lei n. 3727, de 19 de abril de 2012, que “dispõe sobre o princípio da universalização das bibliotecas públicas no país”, e altera a Lei n.9.394, de 1996 visando estabelecer critérios para a instalação de pelo menos uma biblioteca pública em cada município brasileiro. Este projeto é apoiado pelo Conselho Federal de Biblioteconomia, com a ressalva de ser ouvido o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas.

Apoio por entender que este projeto beneficia a sociedade brasileira de maneira geral e permitirá acesso ao cidadão, de importantes fontes de informação e serviços disponíveis e oferecidos pelas bibliotecas públicas e ainda incentivará o hábito de leitura característica fundamental para uma sociedade que quer ser justa e desenvolvida social, cultural, econômica, tecnológica e cientificamente. Ressalta ainda, a importância de ser ouvida a coordenação do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas do Ministério da Cultura, especialmente no que se refere ao conceito de biblioteca pública (CONSELHO FEDERAL DE BIBLIOTECONOMIA, 2016).

Porém, o parecer do SNBP alerta para a necessidade de diferenciar a biblioteca pública da biblioteca escolar, sugerindo que se crie lei própria ou artigos específicos sobre universalização de bibliotecas, no “Plano Nacional do Livro e Leitura”.

Outra iniciativa é o projeto de Lei n. 28, de 02 de fevereiro de 2015, de autoria Senador Cristovam Buarque que trata da “Política Nacional de Bibliotecas”. O projeto se encontra na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para análise desde março de 2016. Na justificção do projeto, Buarque reconhece a ausência de legislação apropriada, considerando que o PNLL trata a questão das bibliotecas de forma genérica. Segundo Buarque:

Diante de tantas deficiências no aparato legal, este projeto de lei se propõe a formalizar alguns conceitos, além de obrigações em relação às bibliotecas. Quanto às definições, a ciência encara-as, de acordo com as especificidades de cada biblioteca: entre outras, encontramos as noções de biblioteca pública, especializada, escolar, universitária, comunitária, especial e nacional. Nesta proposição, valemo-nos dessas contribuições, levando em conta que os acervos podem estar contidos em quaisquer suportes, sejam eles materiais ou imateriais (BRASIL, 2015).

Ao analisar os antigos programas e o PNLL chega-se à conclusão que ainda não se percebeu a importância das bibliotecas públicas. Os programas para a área tendem a se restringir quase exclusivamente à criação de bibliotecas públicas, desde a criação do INL até hoje. Paiva (2008) ao analisar o período de 1990 a 2006 observa que os programas voltados

para as bibliotecas públicas se mostram parciais.

Passa de curiosa a patética a constatação de que, todos os programas voltados para as bibliotecas públicas, desde o governo Collor, para não mencionar as fases anteriores da República, tenham como objetivo “incentivar a criação de bibliotecas em municípios desprovidos de bibliotecas públicas” (PROLER), “prover cada município brasileiro com uma biblioteca pública” (Uma biblioteca em cada município), “implantar bibliotecas em cada município brasileiro” (Livro Aberto), “a abertura de bibliotecas públicas de qualidade em mais de mil municípios brasileiros que não possuem uma” (Fome de Livro), “zerar o número de municípios brasileiros sem biblioteca pública” (Quero ler – Biblioteca para todos), a implantação de bibliotecas em todos os municípios do País (PNLL) (PAIVA, 2008, p.111)

5 A IMPORTÂNCIA DAS BIBLIOTECA NOS PLANOS BRASILEIROS E COLOMBIANO

A partir de 2004, inclui-se nas agendas de muitos países latino-americanos a elaboração ou renovação dos planos nacionais de leitura. Como exemplo das diferentes visões sobre a elaboração dos planos escolheu-se como exemplos o “Plano Nacional do Livro e da Leitura” (PNLL), do Brasil, e o “Plano Nacional de Leitura e Bibliotecas” (PNLB), da Colômbia.

5.1 O Plano Nacional de Livro e Leitura e o Plano de Biblioteca: a experiência brasileira

O Brasil elabora o “Plano Nacional do Livro e da Leitura” (PNLL), instituído pela Portaria Interministerial n. 1442, 10 de agosto de 2006, dos Ministérios da Educação e da Cultura, onde encontra-se citada a “Declaração de Santa Cruz de la Sierra”, mostra que a criação do PNLL foi parte do movimento ibero-americano de fomento à leitura.

Os Ministros de Estado da Educação e da Cultura, no uso da atribuição que lhes confere o art. 87, parágrafo único, inc. II, da Constituição, e, considerando que o Governo da República Federativa do Brasil subscreveu a “Declaração de Santa Cruz de la Sierra”, durante a XIII Conferência Ibero-americana de Chefes de Estado e de Governo dos vinte e um países signatários da Organização dos Estados Ibero-americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura (OEI) e que é desejo do Governo da República Federativa do Brasil dar continuidade à mobilização em favor do fomento à leitura empreendida em 2005, durante o Ano Ibero-americano da Leitura – o Vivaleitura, e convertê-la em política pública permanente resolvem

Art. 1º Fica instituído o Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL), de duração trienal, tendo por finalidade básica, assegurar a democratização do acesso ao livro, o fomento e a valorização da leitura e o fortalecimento da cadeia produtiva do livro como fator relevante para o incremento da produção intelectual e o desenvolvimento da economia nacional (BRASIL, 2006).

O PNLL (2006) é definido como “uma política de Estado que deveria traduzir-se em

amplios programas de governo", tendo como foco a importância do fortalecimento da leitura e da escrita nas políticas públicas de educação e cultura nos governos federal, estaduais ou municipais. Em 2011, o PNLL fica instituído por meio do Decreto n. 7.559, o que proporciona uma maior dimensão ao Plano. No Decreto, o PNLL é concebido como uma “estratégia permanente de planejamento, apoio, articulação e referência para a execução de ações voltadas para o fomento da leitura no País” (BRASIL. Decreto n.7.559).

Este plano divide-se em quatro eixos: democratização do acesso à leitura, fomento à leitura e formação de mediadores, valorização da leitura e comunicação e desenvolvimento da economia do livro. A biblioteca pública é objeto específico do primeiro item, relativo à democratização do acesso. O tópico 1.1, volta-se para a implantação de novas bibliotecas e o tópico 1.3, sobre o fortalecimento de rede atual de bibliotecas (BRASIL, 2007). Em entrevista a Medeiros (2015) Galeno Amorim um dos criadores e coordenador do PNLL pondera que a biblioteca pública está presente em dois dos quatro eixos:

O primeiro, por exemplo, totalmente voltado para biblioteca, democratização do acesso à leitura: instalação, revitalização, modernização, novos espaços. E o segundo também porque era um fator de valorização, onde estão as ações de formação dos profissionais de leitura. Porém, carecem na verdade de um conjunto de medidas que tenha a compreensão e aval do governo federal, mas também dos estados, das cidades (AMORIM apud MEDEIROS, 2015, p.143).

Nos 16 objetivos arrolados pelo PNLL, a biblioteca pública é citada explicitamente a meta de implantação de bibliotecas em todos os municípios do país (em até dois anos) e na elevação significativa do empréstimo de livros em bibliotecas. Estes objetivos não explicitam o papel da biblioteca pública. Esta omissão fica ainda mais evidente na ausência do termo “biblioteca” no nome do PNLL, que inclui apenas os termos “leitura” e “livro”, o que segundo Paiva (2008) revela que a biblioteca foi deixada deste plano:

Como já havia sido destacado, a partir de 2005, o chamado Ano Viva leitura, a palavra “bibliotecas” deixa de figurar no título da proposta de política pública para a área, embora estivesse em vários documentos preliminares, o que significa que prevaleceu como no INL, a política do livro, e as políticas desviaram-se da primazia e centralidade das bibliotecas como unidade de informação, já secularmente, mas, sobretudo em nossa era (PAIVA, 2008, p.114).

Ao acompanhar as trajetórias de planos e programas, desde a criação do INL, em 1937, até hoje, nota-se recorrentemente a meta de criação de uma biblioteca em cada município. Esta meta não tem vindo acompanhada como sugere Eduardo Portella, um dos entrevistados para a referida tese: “Faz parte, para usar uma frase do Cazuza, faz parte do show do município ter uma biblioteca” (MEDEIROS, 2015, p. 146). Centrar em praticamente uma só ação é diminuir a importância das funções da biblioteca. Um Plano precisa abarcar muitos outros aspectos, é o

que destaca Elizabet Carvalho, outra entrevistada:

Poderia ser desenvolvido um bom plano sim, porque não adianta você ter uma lei que garanta que em cada município tenha que ter uma biblioteca. Tem que ter realmente um plano de ação, plano estratégico, um plano operacional que permita que você possa deslançar e fazer cumprir a lei (CARVALHO apud MEDEIROS, 2015, p.146).

As políticas públicas para a área de bibliotecas públicas, espelhadas na legislação, nos Planos e projetos, no Brasil, se voltam mais para o livro do que para a biblioteca. “Ao invés das leis do livro complementarem a política de bibliotecas, as leis do livro tornaram-se a política de bibliotecas”, segundo Paiva (2008, p.112).

A falta de uma política pública efetiva e eficiente voltada especificamente para a área representa, possivelmente, o maior entrave no desenvolvimento destas instituições. Esta falta se reflete em vários níveis, podendo-se observar como a mais grave, a ausência da biblioteca pública nas agendas governamentais. Esta ausência se explica, em boa parte, pelo desconhecimento das autoridades brasileiras sobre as possibilidades de utilização das bibliotecas como um fator propulsor na formação de cidadania, no apoio das políticas econômicas, sociais e educacionais e da inovação em comunidades.

Fica evidente que o PNLL não responde às necessidades de uma política pública para as bibliotecas. Um de seus criadores, Galeno Amorim (MEDEIROS, 2015), não descarta a importância das bibliotecas públicas, mas as coloca como um outro programa, diferenciado do PNLL, o que tem o aspecto positivo de evidenciar a importância das bibliotecas públicas como um programa específico:

No capítulo específico de bibliotecas, defende-se na verdade a criação de um grande e robusto programa. Um programa que já comece prevendo aí um período de dez, vinte anos, além de investimentos importantes em biblioteca. No que? Em algumas coisas, por exemplo, na disseminação das bibliotecas-parque não só por todos os estados, mas em todas as regiões, em todos os polos do país, para que elas possam servir e atuar como referências, inclusive liderando ações nessas regiões. Investimento na reforma, no restauro das bibliotecas que funcionam muitas vezes em prédios históricos belíssimos espalhados no país e que requerem investimentos de grande peso (AMORIM apud MEDEIROS, 2015, p.144).

Esta falta de uma política consistente na área de biblioteca pública pode ser observada na escassez de recursos financeiros, em boa parte destas instituições, o que interfere diretamente no desenvolvimento das suas atividades. Constata-se que, em muitas bibliotecas, não há previsão de orçamento próprio, o que prejudica tanto o planejamento quanto a execução das atividades. Hoje, verificam-se novas soluções, como a utilização de Organizações Sociais (OS), utilizadas pelas bibliotecas estaduais do Rio de Janeiro e de São Paulo. Porém, ainda é cedo para avaliar o desempenho destas experiências.

Uma ação importante dentro do Ministério da Cultura é o fortalecimento do Sistema

Nacional de Bibliotecas Públicas, visto como um sistema mais abrangente, agregando as bibliotecas universitárias e a Nacional. Esta perspectiva torna-se possível com o uso das TIC, à modelo do empregado na Colômbia. Segundo Affonso Romano de Sant'Anna (MEDEIROS, 2015) o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas deve ser incentivado, além de conter um planejamento de metas a serem implementadas em período determinado:

O primeiro ponto é reforçar a ideia de um Sistema Nacional de Biblioteca que inclua os estados e os municípios. Reuniões sistemáticas com os diretores de bibliotecas, um planejamento de metas de um ano, cinco anos. Ou seja, biblioteca não é uma coisa parada no tempo e espaço (SANT'ANNA apud MEDEIROS, 2015, p.146).

A visão de que a experiência do sistema de bibliotecas deve ser aproveitada é outro aspecto enfatizado por Elizabet Carvalho que considera que o SNBP “já tem acumulado uma experiência vasta, podendo ser pinçadas bastantes informações” (CARVALHO apud MEDEIROS, 2015, p.146).

Some-se ainda as ausências de políticas específicas, as constantes mudanças de estrutura administrativas e das equipes envolvidas que provocam uma constante descontinuidade de trabalho nas bibliotecas públicas. Na verdade, o que se nota é que o tema transcende a instituição biblioteca, já que as políticas públicas brasileiras para a área de cultura ressentem-se do ciclo de descontinuidade e de retomada de planos e projetos pelos diversos governos nestas últimas quatro décadas:

[...] esse processo de eterno recomeçar, de experiências que poucos rastros deixaram, de ausência de registros, de pouca sistematicidade nas ações, gerou alguns efeitos perversos, com grandes desperdícios de recursos financeiros e humanos (CALABRE, 2007, p. 12).

Em entrevista, Eduardo Portella (MEDEIROS, 2015) ressalta a importância da biblioteca quando se discute a política do livro e da leitura, ponderando que a biblioteca deveria ser a protagonista das ações. Este protagonismo seria uma solução para a questão do acesso ao livro e à leitura pelos menos providos de recursos para a aquisição de livros:

Um Plano Nacional de Leitura tendo a biblioteca como protagonista, como principal protagonista, porque o público que iria na biblioteca, não dispõe de poder aquisitivo (PORTELLA apud MEDEIROS, 2015, p.145).

A biblioteca pública precisa, urgentemente, de instrumentos de políticas públicas que a coloque em outro patamar. As bibliotecas universitárias tiveram forte impulso a partir da Lei n. 10.861, de 14 de abril de 2004, que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES).

Prevê-se, ainda, um salto qualitativo para as bibliotecas escolares com o cumprimento da Lei n. 12.244 de 24 de maio de 2010, que dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do País até 2020. Porém, nada equivalente existe na área de bibliotecas

públicas.

Desta forma, as bibliotecas públicas aguardam instrumentos efetivos que as alcem à sua posição fundamental na sociedade: prover a qualquer cidadão, sem nenhuma restrição ou preconceito, do bem mais importante de humanidade que é o conhecimento.

5.2. O Plano Nacional de Leitura e Biblioteca: a experiência colombiana

A Colômbia é um país envolvido desde a metade do século XX com a criação e desenvolvimento de boas bibliotecas públicas. Em 1952, a cidade de Medellín foi escolhida para receber a Biblioteca Piloto para América Latina e Caribe, oferecida pela UNESCO⁴. Esta biblioteca em funcionamento ainda hoje representa um forte estímulo ao desenvolvimento no acesso ao livro e ao desenvolvimento técnico das instituições.

Em 1958 é inaugurada outra biblioteca de destaque, a Biblioteca Luis Ángel Arango, em Bogotá, uma das mais frequentadas do mundo. Esta biblioteca ocupa 45.000m² e é financiada pelo Banco da República, sendo o centro de uma rede de bibliotecas.

Esta tradição em bibliotecas públicas é coroada com o “Projeto Parque Bibliotecas” considerado um modelo para diversos países, inclusive, o Brasil. Estas bibliotecas são financiadas pela Alcaldia de Medellín em convênio com as Cajas de Compensación Familiar. O diferencial destas bibliotecas é que estão incluídas na agenda do governo, fazendo parte do projeto de pacificação da cidade, que inclui, ainda, urbanismo, microcrédito e segurança, entre outras ações.

A forte tradição da Colômbia na área de bibliotecas públicas pode explicar a opção feita neste país por um “Plano Nacional de Leitura e Bibliotecas” (PNLB), sendo as bibliotecas públicas incluídas explicitamente como instituição envolvida no processo de fomento à leitura. Segundo Moraes Junior (2013, p.12), “um fator decisivo para o campo legal da promoção da leitura na Colômbia é o fato de a leitura estar estreitamente relacionada à Biblioteca Pública”. Estipulou-se, também, orçamento para a consolidação da Rede Nacional de Bibliotecas Públicas.

Entre os anos 2003 e 2010 foram alocados no referido Plano, pelo Ministério da Cultura, pelo Banco da República, pelos governos e por entidades públicas e privadas e por organismos internacionais, 160 milhões de pesos (\$ US 84 milhões). Foi, ainda, promulgada a Lei de bibliotecas Públicas (n. 1.379, de 2010) que institui a Rede Nacional de Bibliotecas Públicas, e

⁴ A UNESCO implantou Bibliotecas Piloto em três países: Colômbia, Índia e Nigéria. O Brasil se candidatou, sem sucesso.

cria o Comitê Técnico para implementá-la:

Comitê Técnico Nacional de Bibliotecas Públicas, define as competências nacionais, departamentais e municipais da área, provê instrumentos para o desenvolvimento integral da RNB, incluindo mecanismos para seu financiamento e apontando os mecanismos para o controle e a participação cidadã (COLÔMBIA, 2010, p. 19).

Na lei se estabelecem as funções da biblioteca pública como um serviço público, de utilidade pública e de interesse social e que promove a inserção social. Prevê, ainda, as relações de trabalho nas diversas esferas do governo e também estabelece o trabalho conjunto com o Ministério de Tecnologías de la Información y las Comunicaciones, visando possibilitar uma melhor conectividade das bibliotecas públicas para “impulsionar a massificação do uso da Internet, para dar um salto para a prosperidade democrática” (COLÔMBIA, 2016).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pelo exposto, constata-se a inexistência de uma política pública, consolidada em legislação ou em um plano nacional, voltada exclusivamente para as bibliotecas públicas brasileiras. Os programas e projetos existentes mostraram-se pouco eficazes no sentido do entendimento desta instituição como basilar na organização social. Desde a década de trinta, quando se criou o INL, até hoje a meta recorrente que perpassou todos os governos é a provisão de uma biblioteca pública em todo o município do Brasil. Esta meta além de, ainda hoje, não atingida, evidencia uma visão limitada da instituição.

Esta não percepção do papel da biblioteca pública, pela sociedade, pela administração pública e muitas vezes pelos profissionais da área, gera uma série de ações parciais e sazonais. A análise do PNLL corrobora esta afirmativa, evidenciando a pouca importância dada pela política pública brasileira a estas instituições.

A comparação dos planos de fomento à leitura, incentivados pelos organismos internacionais, produziram documentos nacionais diferenciados. Ao contrário da Colômbia que elaborou o “Plano Nacional de Leitura e Bibliotecas” (PNLB), considerando que as ações de fomento à leitura devem ser ancoradas nas bibliotecas, vistas como responsáveis pelo acesso gratuito aos livros, o Brasil elaborou o PNLL deixando para futuros programas ou projetos a questão específica das bibliotecas.

Esta não centralidade das bibliotecas nas políticas públicas de fomento à leitura geram um efeito perverso que limita a possibilidade de acesso ao livro, em especial pelas parcelas mais carentes da população. O protagonismo das bibliotecas como centro de ações de políticas públicas na área de cultura possibilitaria a racionalização de recursos financeiros e de ações

voltadas ao desenvolvimento econômico, ao processo de inovação e à criatividade do indivíduo e da coletividade.

De modo geral, os dados levantados por esta pesquisa sugerem que a biblioteca pública, no Brasil, ainda não é uma instituição compreendida pelas autoridades e pela sociedade. Seu papel na formação do leitor, do cidadão e da comunidade ainda não está completamente assimilado. A biblioteca ainda não possui seu lugar de destaque na formação social brasileira.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Mario. Um depoimento de Mário de Andrade. **Revista do Livro**, Rio de Janeiro, v.2, n.5, p. 7-8, mar. 1957.

BIBLIOTECA Luis Ángel Arango y su red de bibliotecas. 2013. Disponível em: <<http://www.banrepcultural.org/blaa/informacion-general>>. Acesso em: 20 nov. 2015.

BRASIL. Decreto nº 520 de 13 de maio de 1992. Institui o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: 14 maio 1992. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D0520.htm>. Acesso em: 12 jul. 2015.

BRASIL. Decreto nº 7.559 de 01 de setembro de 2011. Dispõe sobre o Plano Nacional de Livro e Leitura - PNLL e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF: 05 set. 2011. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7559.htm>. Acesso em: 12 jul. 2015.

BRASIL. Decreto nº 7.748 de 08 de junho de 2012. Aprova o Estatuto e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas da Fundação Biblioteca Nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF: 08 jun. 2012. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Decreto/D7748.htm>. Acesso em: 12 jul. 2015.

BRASIL. Lei nº 10.753, de 30 de outubro de 2003. **Institui a Política Nacional do Livro**. Brasília: Diário Oficial da União, 31 out. 2003. Disponível em: 12 de julho de 2015. Acesso em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.753.htm>.

BRASIL. Lei nº 12.244 de 24 de maio de 2010. **Dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do país**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 25 maio 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12244.htm>. Acesso em: 12 jul. 2015.

BRASIL. Lei nº 12.243 de 02 de dezembro de 2010. **Institui o Plano Nacional de Cultura - PNC**, cria o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais - SNIIC e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 03 dez. 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/12243.htm> .

Acesso em: 12 jul. 2015.

BRASIL. Ministério da Cultura. **Plano Nacional de Cultura**. Brasília, DF: MinC, 2010. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/plano-nacional-de-cultura-pnc->>. Acesso em: 12 jul. 2015

BRASIL. Ministério da Cultura. **Plano Nacional do Livro e Leitura**. Brasília, DF: MinC, 2011. Disponível em: <<http://blogs.cultura.gov.br/bibliotecaviva/o-que-e/plano-nacional-dolivro-e-leitura-%E2%80%94-pnll/>>. Acesso em: 10 mar. 2016.

_____. **Ministério da Cultura**. Disponível em: <www.cultura.gov.br/>. Acesso em: 29 jul. 2015.

BRASIL. Ministério da Cultura. **As metas do Plano Nacional da Cultura**. São Paulo: Instituto Via Pública; Brasília: MINC, 2012. 216p.

BRASIL. Projeto de lei n. 3727, de 19 de abril de 2012. **Dispõe sobre o princípio de universalização das bibliotecas públicas**, de autoria do deputado José Stédile. 2012. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesweb/fichadetramitacao?Idproposicao=541906>>. Acesso em: 07 set. 2015.

BRASIL. Projeto de lei n. 28, de 02 de fevereiro de 2015. **Institui a Política Nacional de Bibliotecas**, de autoria do Senador Cristovam Buarque. Disponível em: <<http://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/119687>>. Acesso em: 09 ago. 2016.

CALABRE, Lia. Políticas culturais no Brasil: balanço e perspectivas. In: ENCONTRO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA, 3., 2007, Salvador. 17 p. **Anais eletrônicos....** Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2007. Disponível em: <<http://www.gestaocultural.org.br/pdf/lia%20-%20pol%c3%adticas%20culturais%20no%20brasil%20balan%c3%a7o%20e%20perspectivas.pdf>>. Acesso em: 4 jul. 2016.

COLÔMBIA. Ley n. 1.279 de 15 de enero de 2010. **Por la cual se organiza la Red Nacional de Bibliotecas Públicas y se dictan otras disposiciones**. Diário Oficial, Colômbia, 2010. Disponível em: <http://www.elabedul.net/Documentos/Leyes/2010/Ley_1379.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2015.

_____. **Plan Nacional de Lectura y Bibliotecas**. In: COLÔMBIA. Ministerio de Cultura. Biblioteca Nacional. Disponível em: <<http://www.bibliotecanacional.gov.co/content/plan-nacional-de-lectura-y-bibliotecas-0>>. Acesso em: 3 ago. 2016.

COLÔMBIA. Ministerio de Tecnologías de la Información y las Comunicaciones. **Vive digital para la gente**. s.d. Disponível em: <<http://www.mintic.gov.co/portal/vivedigital/612/w3-article-1511.html>>. Acesso em: 5 mar. 2016.

CONSELHO FEDERAL DE BIBLIOTECOLOGIA. 2016. Disponível em: <<http://www.cfb.org.br/>>. Acesso em: 9 jul. 2016.

IORE, Ottaviano de. A formação do leitor, uma tarefa. In: PRADO, Jason; CONDINI, Paulo (Org.). **A formação do leitor: pontos de vista**. Rio de Janeiro: Argus, 1999. 320p. Disponível

em <<http://www.scribd.com/doc/54404535/21/%e2%80%94ottaviano-de-fiore>>. Acesso em: 05 jul. 2016.

FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DA BIBLIOTECA PÚBLICA, 2013. Disponível em: <<http://frenteemdefesabibliotecapublica.wordpress.com/a-frente/>>. Acesso em: 15 out. 2015.

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL. **Biblioteca pública**: princípios e diretrizes. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, Departamento de Processos Técnicos, Sistema Nacional de Bibliotecas, 2000. 160p. (Documentos Técnicos; 6). Disponível em: <http://www.bn.br/portal/arquivos/pdf/arquivofinal28_08.pdf>. Acesso em: 7 set. 2015.

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL. **Biblioteca pública**: princípios e diretrizes. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, Sistema Nacional de Bibliotecas, 2010. 160p.

_____. Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas. **Histórico**. Disponível em: <<http://catalogos.bn.br/snbp/historico.html>>. Acesso em: 29 out. 2015.

_____. **Nota técnica 20/2013**. Projeto de Lei n.3727/2012 de autoria do Sr. José Stédile. 3p. Disponível em: <http://snbp.culturadigital.br/wp-content/arquivos/2014/02/Nota-T%C3%A9cnica-Projeto-de-Lei-3727.2012.pdf>. < Acesso em: 11 fev. 2015.

IBGE. **Perfil dos Estados e dos Municípios Brasileiros 2014**: Cultura. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/perfilmunic/cultura_2014/default.shtm>. Acesso em: 10 ago. 2016.

IBGE. **Perfil dos municípios brasileiros**: cultura 2006. Rio de Janeiro: IBGE, 2007.

IFLA. **Diretrizes da IFLA para as bibliotecas públicas**. Brasília: Briquet de Lemos, 2012. 162 p.

_____. **O Manifesto da IFLA sobre a internet**. 2002. Disponível em: <<http://archive.ifla.org/iii/misc/im-pt-br.htm>>. Acesso em: 9 abr. 2016.

MACHADO, Elisa Campos. Análise de políticas públicas para bibliotecas no Brasil. **Incid. R. Ci. Inf. E doc.**, Ribeirão Preto, v.1, n.1, p. 94-111, 2010.

_____; CALIL JUNIOR, Alberto; ACHILLES, Daniele. Mapeamento das políticas culturais nacionais voltadas para as bibliotecas públicas no Brasil. In: ENCONTRO NACIONAL DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 15., 2014, Belo Horizonte. **Anais eletrônicos**... p. 2283-3301. Disponível em: <<http://enancib2014.eci.ufmg.br/documentos/anais/anais-gt5>>. Acesso em: 10 jul. 2016.

MARQUES NETO, José Castilho. **PNLL**: textos e história. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.

MEDEIROS, Ana Lígia. **Desconhecida pela comunidade e desprezada pelas autoridades**: a biblioteca pública no Brasil na opinião de atores políticos e pesquisadores. Rio de Janeiro, 2015. 175f. Orientadora: Gilda Olinto. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação/ Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia/ Universidade Federal do Rio de Janeiro/ Escola de Comunicação, Rio de Janeiro, 2015.

MILANESI, Luis. Informação pública e as bibliotecas. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 2 jul. 2012. Opinião. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/52178-informacao-publica-e-as-bibliotecas.shtml>>. Acesso em: 8 set. 2015.

_____. **O que é biblioteca**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1983. 107p. (Coleção primeiros passos).

MORAES JUNIOR, João Vanderlei de. **Notas sobre a participação de organismos multilaterais na construção de políticas culturais para acesso ao livro e promoção da leitura no Brasil e Colômbia**. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2013. 16 p.

_____. Políticas culturais para o livro e leitura no Brasil: contexto, avanços e desafios. In: ENCONTRO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA, 6., 2010, Salvador. 15 p. **Anais eletrônicos...** Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2010.

PAIVA, Marília de Abreu Martins de. **Bibliotecas públicas: políticas do estado brasileiro de 1990 a 2006**, 2008. 140 f. Dissertação (Mestrado) – Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

PLANO NACIONAL DO LIVRO E LEITURA: objetivos e metas. Brasília, 2006. Disponível em: <Http://www2.cultura.gov.br/upload/pnll_1185372866.pdf>. Acesso em: 23 jul. 2016.

PLANO NACIONAL DO LIVRO E DA LEITURA. Brasília: Ministério da Educação; Ministério da Cultura, 2006. 33p.

_____. Brasília: Ministério da Educação; Ministério da Cultura, 2007. 48 p.

_____. Brasília: Ministério da Educação; Brasília: Ministério da Cultura, 2011.

PNLL: textos e história, 2006-2010. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. 340p.

RUA, Maria das Graças. **Políticas Públicas**. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC, 2009. 130 p

RUBIM, Antonio Albino Canelas. Panorama das políticas culturais no mundo. In: _____; ROCHA, Renata (Org.). **Políticas culturais**. Salvador: EDUFBA, 2012. 182 p. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/7660/1/Politicass_artigo1.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2016.

SUAIDEN, Emir José. A biblioteca pública no contexto da sociedade da informação. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 29, n. 2, p. 52-60, maio/ago. 2000

UNESCO. **Diretrizes da IFLA sobre os serviços da biblioteca pública**. Ed. Christie Koontz, Barbara Gubbin. 2. ed. rev. Lisboa: Divisão Geral dos Livros, Arquivos e das Bibliotecas, 2013.

_____. **Manifesto da UNESCO para bibliotecas públicas**. 1994. Disponível em: <<http://archive.ifla.org/VII/s8/unesco/port.htm>>. Acesso em: 20 out. 2015.

_____. **Marco estratégico para a UNESCO no Brasil**. Brasília, 2006. 60 p. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0014/001475/147544por.pdf>>. Acesso em: 20 nov.2015.